



## SOCIEDADE ABERTA

## O desespero e a legalidade



**Domingues de Azevedo**

Bastonário da  
Ordem dos Técnicos  
Oficiais de Contas

O sol já brilha quase com a mesma intensidade dos típicos meses de verão, mas a bondade meteorológica não é condizente com as agruras que estamos a viver. Os últimos tempos demonstram que os portugueses estão, quase sem dar por isso, a deixar envolver-se pela psicose da crise e a ficar sem reação à adversidade. As manchetes dos jornais, as notícias de abertura dos telegornais e os destaques radiofónicos são tão poderosos que sacodem o mais otimista dos mortais. A dimensão da tragédia social e económica que enfrentamos é veiculada por defeito. Os dados mais recentes indicam que a fuga aos impostos está a aumentar a olhos vistos. Uns não honram os seus compromissos de forma deliberada, enquanto outros, em situações desesperadas, não lhes resta outra opção que não seja (mal) fingir o Estado. Recentemente, numa conferência em que participei, um conhecido chef de cozinha da nossa praça, tomado pelo desalento, disse aos sete ventos que “asfixiado” pelas obrigações e penhoras fiscais, a segurança social e a crise, iria abrir um novo negócio, inspirando-se num conceito no mínimo excêntrico: quem o quisesse visitar para “comer, beber e dormir” pagaria aquilo que quisesse. Sem preço definido, sem faturas. Ao arrepio da legalidade. A assistência, constituída maioritariamente por técnicos oficiais de contas, abriu a boca de estupefação. Ciente do alcance das suas declarações, o dito profissional da culinária terminou empurrando a “batata quente” para os políticos e para o Estado. Como não podia deixar de ser, reprovei este ato perante o próprio e perante a assistência. Simplesmente, justifiquei, que o desespero não nos deve levar a escancarar as portas à ilegalidade, em nome da transparência das organizações. Não é preciso ter dons de adivinho para afirmar com alguma segurança que casos como estes, porventura ocultos e silenciados, há muitos. Está em marcha uma agressiva estratégia de combate à fraude e evasão fiscais, municuada pela via legislativa e pelo reforço da inspeção tributária. Os resultados, por muito que as metas definidas pela troika o imponham, não virão rapidamente. Aliás, as notícias das últimas semanas revelam que a insatisfação popular está a escolher como alvo a instituição e os próprios agentes da autoridade tributária. Vários funcionários da administração fiscal foram vítimas de agressão por parte de contribuintes e diversas repartições de finanças foram assaltadas. É a crescente falta de respeitabilidade pelo Estado e pelos que exercem cargos públicos que motiva estas ações. É do sucesso ou derrapagem das receitas fiscais que vai depender o êxito da consolidação orçamental, fortemente condicionada pelos desmandos do BPN e da danosa gestão da coisa pública por parte de alguns gestores sem escrúpulos. Por muito que se tente explicar e maquilhar a mensagem, os portugueses ainda não assimilaram que os sacrifícios são mesmo para todos. Pode dar algum alento dizerem-nos que estamos quase a meio da ponte, mas no caminho até à margem está um breu que desorienta qualquer um. ■

**Artigo redigido segundo  
o novo Acordo Ortográfico**